



PUBLICADO EM PLACAR

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
GABINETE CIVIL**

LEI Nº 1380, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005.

**Dispõe sobre o Conselho Municipal de  
Assistência Social na forma que  
especifica.**

**Faço saber que:**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão consultivo, de assessoramento, acompanhamento e deliberação colegiada, tem por finalidade propor a formulação da política de assistência social no âmbito municipal.

*Parágrafo único.* O Conselho Municipal de Assistência Social obedecerá ao disposto no art. 30 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e Lei nº 9.720, 30 de novembro de 1998.

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - elaborar seu Regimento Interno a ser aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - estabelecer diretrizes e critérios de análise de matérias a serem aprovadas;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social elaborada em consonância com a Política Estadual e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social;

IV - acompanhar a execução da Política Municipal de Assistência Social;

V - propor e aprovar o Plano Municipal Plurianual da Assistência Social e suas adequações;

VI - acompanhar à implantação do Sistema Único da Assistência Social;

VII - normatizar as ações e estabelecer critérios para a prestação de serviço, considerando as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social, as proposições da Conferência Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;

VIII - acompanhar a execução orçamentária e aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

IX - aprovar proposta de padrões de qualidade para prestação de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS GABINETE CIVIL

X - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, educação e saúde de âmbito municipal;

XI - propor ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS o cancelamento de registro das entidades e organizações de Assistência Social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

XII - acompanhar e avaliar a gestão de recursos, os ganhos sociais e o desempenho das ações de assistência social;

XIII - acompanhar as condições de acesso da população destinatária da assistência social, indicando propostas de inclusão;

XIV - propor a formulação de estudos e pesquisa com vistas a identificar dados relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do município;

XV - convocar à Conferência Municipal de Assistência Social, conforme periodicamente estabelecida na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

XVI - estabelecer interlocução com os demais Conselhos das políticas públicas setoriais;

XVII - apurar irregularidades e, quando couber, levar ao conhecimento da autoridade administrativa do Tribunal de Contas ou do Ministério Público;

XVIII - aprovar o Relatório Anual de Gestão.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto de 12 (doze) membros dentre representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, a partir de indicações das respectivas categorias, da seguinte forma:

I - Poder Público Municipal:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Juventude e Esportes;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos;
- f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- g) VETADO.

II - Sociedade Civil:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS GABINETE CIVIL

- a) 2 (dois) representantes de trabalhadores da assistência social;
- b) 2 (dois) representantes de prestadores de serviços na área da assistência social;
- c) 2 (dois) representantes de entidades ou associações comunitárias.

§ 1º Somente será admitida a participação no CMAS de representante de entidades de assistência social juridicamente constituída, em regular funcionamento e devidamente inscrita.

§ 2º Os Conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo terão um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 4º** A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas seguintes disposições:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou 4 (quatro) intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante a solicitação de entidade ou autoridade responsável;

IV - em caso de vacância a entidade indicará o Conselheiro substituto;

V - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

VI - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções e registradas em atas e publicadas em placar apropriado na forma do art. 92 da Lei Orgânica do Município de Palmas.

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Assistência - CMAS terá a seguinte estrutura:

I - Secretaria Executiva;

II - Diretoria, composta por:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Primeiro Secretário;
- d) Segundo Secretário.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS GABINETE CIVIL

III - Comissões;

IV - Plenário.

*Parágrafo único.* Os integrantes da Diretoria serão eleitos dentre os membros do Conselho, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período;

**Art. 6º** O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS solicitará aos órgãos competentes, 30 (trinta) dias antes do término do mandato a indicação dos novos membros.

**Art. 7º** A Administração Municipal cederá o espaço físico, instalações e os recursos humanos e materiais eventualmente necessários à manutenção do funcionamento regular do Conselho.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Assistência Social fica responsável pela execução da assistência social e, em conjunto com os demais Conselheiros, formulará o Plano Municipal de Assistência Social/ PMAS.

**Art. 9º** Fica autorizado a inclusão anual no Orçamento Geral do Município, de rubrica específica para promover as despesas de capacitação, participação em conferência, custeio e manutenção geral do Conselho Municipal de Assistência Social, previstas e aprovadas pelo CMAS.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação desta Lei, dará posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

**Art. 11.** Fica revogada a Lei nº 1021, de 5 de julho de 2001.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALMAS**, aos 6 dias do mês de setembro de 2005.

**RAUL FILHO**  
Prefeito de Palmas